Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às catorze horas e trinta minutos no Auditório do Sindicato dos Médicos de Alagoas – SINMED/AL foi realizada a 193ª (centésima nonagésima terceira) Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de Alagoas – CES/A. Estavam presentes na reunião os **Conselheiros Titulares:** Alfredo Raimundo Correia Dacal (UNCISAL), Maria do Perpetuo Socorro Ayres Oliveira (FUNASA), Cícera Joseane Siqueira Araújo (ADEFAL), Vera Lúcia Elias Rodrigues (Santa Casa de Maceió), Benedito Alexandre de Lisboa (SISPSEAL), Cristiano Souza Silva (CRO/AL), Francisco Renê Leite Gondim, (CRF/AL), Genilson Oliveira dos Reis (SINTRAEAL), Gerônimo Ferreira da Silva (AAAHD), Rejane Rocha da Silva (ABEN/AL), Maria Augusta Machado Marinho (APOSTE), Cicero Vieira Sampaio (Instituto Alvorada), Francisco Paulo da Silva (ACORDE), Jesonias da Silva (FUNDEGE), José Cláudio Vital Custódio (Peregrino do Amor), Clodoaldo Vieira Guimarães (CGTB), Cristiano Márcio Firmino de Lima (UNIASAL), Fernando Antônio Souza Dórea (IDECON/AL), Manoel Eduardo Oliveira (FAMECAL), Maria das Graças Xavier Ribeiro (ACAL), Marcus José Guimaraes Rego (FAAPIAL), e dos **Conselheiros Suplentes:** Monica Valéria Bernardino Lima (SINEAL), Josileide Carvalho dos Santos (FAMOAL), Maria de Fátima da Silva Andrade (CEAMI), Maria de Fátima Lopes de Albuquerque (FETAG/AL), Pedro Ricardo dos Santos Silva (SINDAS/AL), Jordeval Soares Morais (AAAHD), Wellington Diniz Machado (ARCAL). A reunião teve como c**onvidados:** Patrícia Bezerra, responsável pela área de Desenvolvimento e Educação da SESAU; Sandra Barros, técnica da secretaria da CIES Estadual e Sandra Canuto, gerente de regulação SUARAUD/SESAU**. Contou ainda com as presenças dos Técnicos da Secretaria Executiva**: Maria de Fátima Leite Carnaúba, Joaquim Milton Pinto Almeida, Edna Santos da Silva, Elza Simões do Amaral Maria Denilda Silva de Almeida Pereira, Silvana Matos Meira Bastos, Simone Stella Gabriel Barros e Christian Fabiano de Souza Silva, e da **Secretaria administrativa**: Maria de Fátima da Silva, John Carlos Muniz da Silva, Thamara Moura Santos, e Maurício Alves Pastor. A reunião teve como **ponto de pauta**: **ITEM 1** – Apreciação das Atas: 56ª Reunião Extraordinária de 24/09/2015, 67ª Reunião Extraordinária de 17/05/2018, 190ª Reunião Ordinária de 07/03/2018, 191ª Reunião Ordinária de 06/06/2018 e 192ª Reunião Ordinária de 04/07/2018; **ITEM 2–** Deliberação do Pleno sobre os encaminhamentos acerca da não homologação pelo Secretário do Estado da Saúde das Resoluções Ad Referendum nº 004 de 28/02/2018, Resoluções nº 005 e 006 de 07/03/2018; Ad Referendum nº 008 de 02/05/2018, Resoluções nº 009 de 02/05/2018, nº 10 e nº 11 de 17/05/2018; Moção de Repúdio nº 001 de 07/03/2018 e as Recomendações nº 001 de 17 de maio de 2018 e nº 002 de 06 de junho de 2018; **ITEM 3** – Apresentação do Plano de Trabalho para elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde do Estado de Alagoas com recursos da Portaria PRO EPS SUS, já apreciado pela Comissão de Educação Permanente do CES/AL. **Item 4** – Apresentação sobre o Sistema Estadual de Regulação e Avaliação do seu financiamento; **ITEM 5** – Informes. O Presidente do CES/AL**, Jesonias da Silva,** iniciou a reunião dando boas-vindas aos Conselheiros (as) e Convidados (as) e em seguida passou para a leitura do expediente do dia, comunicando às substituições que houveram de conselheiros de saúde, onde Cicero Cassiano Silva Júnior irá substituir a suplente Leonice da Silva Souza da Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Alagoas-FAAPIAL. Em seguida informou as justificativas de faltas na reunião dos conselheiros (as): Mauricio Sarmento – representante do SINDAS, segmento do trabalhador; Leidjane Ferreira – representante do SATEAL, segmento trabalhador, Regina Santos – representante da UFAL, segmento prestador, e Maria Derivalda Andrade – representante do SASEAL, segmento trabalhador. Dando continuidade apresentou os convidados que se encontravam no pleno. Como ordem do dia, solicitou para deliberação do pleno o pedido de inclusão do cronograma de eventos alusivos aos 25 (vinte e cinco) anos do CES e 30 (trinta) anos do SUS e o Parecer 002/2018 da Comissão de Ação a Saúde e RH sobre o Hospital Geral Dr. Antônio Brandao Vilela/HGE. Aproveitando o ensejo, o presidente do CES/AL **Jesonias da Silva**, agradeceu à senhora Maria do Socorro pelos serviços prestados ao CES/AL, passando a informar que a servidora estava se afastando por motivo de aposentadoria. Em seguida passou a fazer a leitura dos pontos de pauta da reunião e esclareceu que o 2º ponto, em outra reunião, Dr José Medeiros dos Santos, superintendente da SESAU, se comprometeu em articular o Secretário de Estado da Saúde com vista às assinaturas das Resoluções e Recomendações pendentes, mas o mesmo informou que não conseguiu fazer a articulação, assim sendo, então o 2º ponto de pauta iria permanecer. Com relação ao 4º ponto de pauta, informou que estava aguardando a técnica da SESAU Sandra Canuto que irá fazer a apresentação. Na sequência a conselheira **Rejane Rocha da Silva** solicitou que não fosse colocado em bloco as Atas para deliberação do pleno, pois tinha algumas observações nas mesmas, sendo umas correções de algumas distorções e outra por que precisa rever as resoluções para saber do que se tratava. O conselheiro **Cicero Vieira Sampaio** também pediu esclarecimentos sobre a Moção de Repúdio nº 01, lembrando que a citada Moção foi proposta do conselheiro e que diz respeito ao Decreto do Governador, mas que no texto cita apenas a Moção e não menciona de quem a autoria. Continuando a pauta da reunião, o presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** explicou os motivos da inclusão dos dois pontos de pauta na ordem do dia: O primeiro com relação ao Cronograma dos 30 anos de SUS e 25 anos do CES/AL, onde não houve tempo de encaminhar antecipadamente para conhecimento dos conselheiros de saúde e diante da urgência, pelo pouco espaço de tempo, não daria pra ser incluído na próxima reunião do CES/AL. O segundo ponto de pauta incluso, atendendo a solicitação da Comissão de Ação a Saúde, foi por conta do término dos trabalhos em cima da temática a ser apresentada. Após os esclarecimentos o presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** colocou os dois pontos de Pauta para deliberação do pleno, sendo aprovado com 21(vinte e um) votos favoráveis e uma abstenção do conselheiro Benedito Alexandre de Lisboa. Em seguida o presidente do CES/AL **Jesonias da Silva**, passou a fazer a apresentação do ponto de pauta referente ao Cronograma dos 30 anos de SUS e 25 anos do CES/AL. Segundo o presidente o cronograma de atividades foi iniciado com Café com Prosa e Saúde, sendo que a primeira etapa já foi iniciada, mas que tal atividade iria ocorrer todos os meses até finalizar todas as comemorações alusivas aos 30 anos de SUS e 25 anos do CES/AL, explicando mais uma vez que não houve tempo de apresentar a proposta de trabalho para os conselheiros, e também porque tiveram que aproveitar a disponibilidade da agenda do professor **Cicero Péricles**, que estava de férias aqui em Maceió. Ainda com a palavra o presidente do CES/AL **Jesonias da Silva,** informou que foram convidados para o evento as seguintes representações: Ministério Público, COSEMS, Universidades, Setores da SESAU entre outros. Complementando a informação comunicou que os outros encontros serão das macrorregiões de saúde que foi uma proposta do Ministério Público, dizendo que “muito embora, sabe-se que existem promotores que não são comprometidos, às vezes não tem conhecimento do controle social, principalmente, promotores municipais e diante disto existe a necessidade de haver um alinhamento das informações para que todos promotores passem a pensar de forma uniforme”. Em seguida citou um caso que ocorreu em Arapiraca, onde a Presidente do Conselho Municipal de Saúde foi afastada por ter reclamado da gestora. Afirmou que infelizmente a maioria dos Conselhos não tem apoio do Ministério Público. Continuando com as informações o presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** disse que paralelo a esse evento haverá uma Oficina macrorregionais com os secretários executivos e/ou assessores técnicos dos municípios, e também a mesa diretora dos Conselhos Municipais de Saúde. Informou ainda sobre o Evento com o Ministério Público, cuja programação irá ser fechada na manhã seguinte com o Dr. Alfredo Gaspar de Mendonça, onde serão ajustadas as questões de datas de realização. Falou que ajustes poderão acontecer por conta de locais de realização, bem como, a questão de alimentação, pois quando o evento for sediado em Maceió a SESAU poderá servir alimentação, fora de Maceió irão tentar com o Ministério Público da possibilidade de ofertar alimentação. O presidente do CES/AL falou que com relação aos encontros regionais a proposta era ter como público alvo representações dos Conselhos Municipais de Saúde e representações de Movimentos Sociais, e ainda tem a pretensão para o dia 03 de outubro de 2018, fazer uma sessão solene em comemoração aos 30 anos de SUS. Segundo ele está faltando fazer a divulgação do local, mas fez questão de lembrar que não será uma reunião deliberativa e sim comemorativa. Em seguida enfatizou o esforço da mesa diretora e dos conselheiros para não deixar passar em branco essas datas tão importantes: 30 anos de SUS e 25 anos de CES/AL. Em seguida informou que toda dinâmica de trabalho consta na programação e que toda documentação de suporte logístico dos eventos estão sendo preparadas pela equipe do CES/AL, junto com a equipe da SESAU. Informou também, que o CES/AL está tentando uma nova sede junto com a gestão porque os espaços da sede atual não estão comportando todos os setores e que o imóvel que está sendo alugado tem valor menor que o atual, frisando que existem necessidades de investimentos no imóvel que está sendo alugado para que se torne um ambiente mais agradável. **Elza Amaral,** assessora de comunicação do CES/AL informou que estão fazendo umas lâminas com depoimentos dos conselheiros estaduais, e que irá precisar das fotos dos conselheiros de saúde. A conselheira **Rejane Rocha da Silva** pediu esclarecimentos com relação aos homenageados no dia três (03) de outubro. O conselheiro **Fernando Antônio de Souza Dórea** perguntou como seria o deslocamento dos conselheiros para esses eventos, explicando ser importante ter essa informação, prevendo não haver retaliações e que não esquecessem de alguns conselheiros que fizeram história no CES/AL, mesmo que sejam invisíveis. O conselheiro **Cicero Vieira Sampaio** corroborou a fala do conselheiro Fernando Antônio de Souza Dórea, dizendo que deveriam disponibilizar transportes para deslocamento de todos conselheiros, sendo a participação nessas ações liberadas para todos conselheiros que queiram se fazer presente aos eventos. O conselheiro **José Claudio Vital** disse que todos devem participar com direito a voz e que isto se encontra garantido na constituição, citando que existem 80 (oitenta) conselheiros, mas segundo a lei apenas os 40 (quarenta) representantes titulares terão direito a voz e voto, caso o titular não possa participar será substituído pelo suplente. Enfatizou que a Sesau deve ver os meios para disponibilizar transporte para que todos participem dos eventos no interior. O presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** disse que deverão decidir hoje os critérios, porque só existe uma besta e também, existem os técnicos que precisam dar apoio, mas também existem conselheiros que gostam de participar dos eventos. Diante disto solicitou que deixassem essa decisão para mais próximo dos eventos, daí seria decidido, e afirmou que todos conselheiros de saúde que estiverem a fim de participarem dos eventos terão lugar garantido. Em seguida o presidente do CES/AL Jesonias da Silva colocou a proposta para votação: Proposta aprovada com 20 (vinte) votos a favor e uma abstenção do conselheiro titular Fernando Dórea. Dando continuidade o presidente convidou a Coordenadora da Comissão de Ação a Saúde **Maria Augusta Machado Marinho** para apresentar o Parecer nº 008/2018, oriundo da visita técnica ao HGE no dia das chuvas torrenciais que ocorreram em Maceió-AL, danificando pela segunda vez uma ala da unidade hospitalar. A apresentação foi iniciada, mas antes foi informado que o relatório não estava em Datashow. O presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** informou que o relatório iria ser enviado para o Ministério Público e a mídia. Após a leitura do relatório foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade, e que toda documentação acerca do HGE (após chuvas torrenciais que tiveram como consequência a inundação de alguns setores da pediatria que foi denunciado por meio de fotos e vídeos nas redes sociais e também na imprensa), sejam encaminhados aos órgãos de controle: Ministério Público Estadual e Federal, Controladoria Geral da União e Defensoria Pública de Alagoas para as devidas providências. Prosseguindo o presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** passou ao primeiro ponto de pauta da reunião: apreciação das Atas, onde a Ata de nº 67/2018 foi aprovada por 23 (vinte e três) votos a favor e duas abstenções, a Ata nº 056/2015 foi aprovada com 13 (treze) votos a favor e 11 (onze) abstenções. A conselheira **Rejane Rocha da Silva** disse que era uma pena que a conselheira Derivalda não estivesse presente, mas que a consultou por telefone, sobre a mencionada Ata, passando a fazer a leitura de uma parte da referida Ata nº 056/2015. Em seguida questionou se aprovando a Ata nesse momento, derrubaria os atos que já tinham sido aprovados na última folha. Finalizando a conselheira disse, com aprovação da presente Ata, cai por terra todo trabalho que está sendo construído sobre o Regimento Interno do CES/AL, pela Comissão de Legislação e Normas. O conselheiro **Francisco Ricardo Correia Mata** explicou que não leu a ata, por isso seabsteve. O presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** esclareceu os motivos de estar apresentando nesse momento a Ata nº 056/2015 para aprovação do pleno, explicando que a referida Ata não foi encontrada digitada nos arquivos do CES/AL, mas o que foi deliberado na mencionada ata já tinha ocorrido desde o ano de 2015 e que tinha sido solicitada pelo Ministério Público. O conselheiro **Francisco Paulo da Silva,** também justificou sua abstenção, tendo como motivo a não leitura das atas. Continuando a temática o presidente do CES/AL **Jesonias da Silva,** falou que já tinha alertado o Gestor Estadual da Saúde que o Ministério Público estava questionando o porquê do mesmo não está gerindo o Fundo Estadual de Saúde, bem como, informou para o gestor que o Conselho Nacional de Saúde já tinha enviado um documento questionando também a questão. A conselheira **Maria do Perpetuo Socorro Ayres de Oliveira** disse, a título de informação, que o ordenador de despesas é o Secretário Estadual de Saúde, só que nessa gestão a equipe da SESAU é composta de advogados, então o secretário como forma de gerir o Fundo Estadual de Saúde tomou essa atitude, ou seja, passar pela SEPOF, isso não quer dizer que ele não possa gerir o fundo, mas em contrapartida a SEPOF pode engessar a gestão, essa estratégia foi criada pelo Governador do Estado para controlar gastos, por isso criou a SEPOF. Segundo a conselheira poderá está havendo troca de poderes. O conselheiro **Benedito Alexandre de Lisboa** disse que a agenda do CES é importante, e que esta questão do Decreto o deixa preocupado com o deslocamento de conselheiros, lembrando que nunca tiveram problemas com o pagamento das ajudas de custo, e que até agora nenhuma foi paga. Falou ainda que os eventos alusivos aos 25 (vinte e cinco) anos do CES e 30 (trinta) anos de SUS poderão ser prejudicados por dificuldade de deslocamento dos conselheiros. O presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** informou que as ajuda de custo não serão prejudicadas, não foram pegas pelo Decreto do Governo e houve um reajuste, antes era de R$600,00 (seiscentos reais), passou para R$1.000,00 (hum mil reais), só que no momento não sabe prevê a data do pagamento, “infelizmente, a realidade é assim, quando eles querem paga, só que não existe nada regulamentado em lei para antecipar o pagamento”. Finalizou afirmando que tal prática de pagamento precisa ser normatizada. O conselheiro **Benedito Alexandre de Lisboa** disse que já tiveram discussões favoráveis, que nunca foram prejudicados, que a procuradoria já tinha aprovado o pagamento e agora não é mais a favor. O conselheiro enfatizou que não estava culpando a mesa, mas que precisavam lutar. O presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** disse que estavam querendo que a PGE diga por escrito que não pode pagar a ajuda de custo para que o CES possa judicializar. O conselheiro **José Cláudio Vital** pediu esclarecimentos, pois segundo a fala do conselheiro Benedito Alexandre diz que tem parecer favorável, então segundo o conselheiro a mesa terá que localizar o parecer da gestão anterior para aprofundar a questão, lembrando que tem conselheiros que precisam ir a campo e estão inviabilizando o processo de trabalho. O conselheiro **Fernando Antônio de Souza Dórea** perguntou se a concessão era para todos conselheiros, porque já faz 06(seis) anos que não recebe tal ajuda de custo. O presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** respondeu que sim, só que agora é proporcional a participação nas reuniões do CES/AL. Finalizada essa questão o presidente do CES/AL passou para votação da Ata nº 190/2018, que obteve a seguinte votação: a favor 21 (vinte e um) votos e 03(três) abstenções. A votação das Atas da 191ª Reunião Ordinária de 06/06/2017 e 192ª Reunião Ordinária de 04/07/2018 foi suspensa, visto que a conselheira Rejane Rocha da Silva solicitou correções na Ata nº 191ª Reunião Ordinária, linha 405, onde o correto é SATEAL – Sindicato dos Técnicos de Enfermagem de Alagoas; nas linhas 449 e 450 (quatrocentos e quarenta nove e quatrocentos cinquenta), será necessário escutar a gravação para mudar a redação. Na ata nº192ª da Reunião Ordinária será necessário rever a linha 84 (oitenta quatro). O presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** passou para o segundo ponta de pauta: Deliberação do Pleno sobre os encaminhamentos acerca da não homologação pelo Secretário do Estado da Saúde das Resoluções Ad Referendum nº 004 de 28/02/2018, Resoluções nº 005 e 006 de 07/03/2018; Ad Referendum nº 008 de 02/05/2018, Resoluções nº 009 de 02/05/2018, nº 10 e nº 11 de 17/05/2018; Moção de Repúdio nº 001 de 07/03/2018 e as Recomendações nº 001 de 17 de maio de 2018 e nº 002 de 06 de junho de 2018. O presidente do CES/AL informou que iria fazer a leitura das Resoluções, em seguida colocaria para votação do pleno, explicando que após a homologação do pleno, o CES/AL iria apresentar ao Ministério Público a não homologação dos documentos acima citados, por considerar desrespeito aos direitos constitucionais do cidadão. Após a leitura a proposta foi colocada para votação, onde foi aprovada por unanimidade. Continuando a reunião o presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** convidou a técnica **Patrícia de S. Bezerra,** responsável pela Área de Desenvolvimento e Educação da SESAU para apresentar o Plano da CIES. Iniciando a técnica disse que os recursos do Ministério da Saúde não estavam sendo liberados, mas que em 2017 (dois mil e dezessete) foi liberado recursos para elaborar o Plano Estadual de Educação Permanente através da Portaria 3.194 do mês de setembro/2017, no valor de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para o Estado de Alagoas. O presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** esclareceu que o interesse de trazer o plano para conhecimento do pleno era porque tinha prazos a ser cumprido. O conselheiro **Benedito Alexandre de Lisboa** disse que o Decreto do Governo estava mais do que batido, mas iriam continuar discutindo e se os recursos têm uma finalidade, o Decreto não pode inviabilizar, completou dizendo que não sabia até que ponto o Secretário de Estado da Saúde estaria deixando que a pasta de sua competência seja discutida por terceiros que não entende a dinâmica da saúde, portanto, o CES/AL tem que ter um momento de conversa com o Secretário Estadual de Saúde, tendo como objetivo de desengessar a pasta da saúde. A técnica **Patrícia de S. Bezerra** disse que no momento da elaboração do planejamento das atividades fizeram todas as observações pertinentes, embasaram-se pelas Portarias, os recursos e a maneira do repasse, argumentando não ser uma tarefa fácil, mas estão tentando de todas as formas viabilizar o trabalho, no que compete a área técnica. Com relação à viabilização burocrática para a realização das ações a equipe direciona para outra área competente dar continuidade, passando a informar que o processo se encontrava em tramitação e que o calendário era definitivo. Finalizou dizendo que a opção da área técnica foi priorizar o trabalho acreditando que tudo seria resolvido. O conselheiro **Cícero Vieira Sampaio** disse que o Decreto engessou o Estado e o CES está junto, não entende como um Decreto é maior que uma lei; completou dizendo que “o Secretário da Saúde também não vem homologando as Resoluções do CES/AL, tal atitude é porque o mesmo não pretende ir de encontro ao governador”. Falou que estão com o documento despachado pela Dra. Micheline, mas o que resolve é a ação, porque as dificuldades que os conselheiros estão enfrentando “é uma briga de hipopótamo com um filhote de lagartixa”. O conselheiro finalizou dizendo que não irão se curvar aos pés do governador e que irão buscar os seus direitos. O conselheiro **José Cláudio Vital** ressaltou a experiência da conselheira Maria do Perpetuo Socorro Ayres Oliveira, dizendo que a CIES e a Comissão de Educação Permanente estão de parabéns. Disse que o plano está pronto e passou pela Comissão de Educação Permanente, em seguida foi pautado para o pleno do CES/AL, e também que pela primeira vez os 102 (cento e dois) municípios alagoanos irão receber recursos para Educação Permanente. Em seguida o conselheiro salientou que estão fazendo uma articulação com três estados: Pernambuco, Paraíba e Bahia com vista a implantar um polo regional de Educação Permanente. A **conselheira Maria do Perpetuo Socorro Ayres Oliveira** perguntou se os recursos ainda estão para serem aprovados. A técnica da SESAU Patrícia de S. Bezerra respondeu que os recursos que vem do Ministério são para efetivação das oficinas, após aprovadas pelo CES e Ministério, bem como, elaborar um Plano de Educação Permanente de acordo com a realidade local. A conselheira **Maria do Perpetuo Socorro Ayres Oliveira** perguntou por que a equipe não consultou a ata de registro de preço, ou então, deveriam consultar a área de gestão para saber como subsidiar esses recursos. A técnica da SESAU Patrícia de S. Bezerra respondeu que não conhecia a adoção de preço de Ata fora do Estado, atualmente utilizam a Ata de registro de preços e não podem fazer outro manejo. O conselheiro **Cristiano Souza Silva** questionou sobre qual o objetivo da educação permanente nos municípios e quais as áreas que irão ser trabalhadas. Segundo o conselheiro percebe-se uma necessidade forte de se trabalhar a humanização, mas a atenção básica precisa de maior atenção, considerando que vem voltando alguns indicadores, no que tange a atenção básica. Enfatizou a necessidade de avançar na educação permanente porque o processo vem retrocedendo, se vem mais recurso para educação permanente nos municípios o gestor tem que acreditar e investir na valorização dos profissionais. Falou ainda da dificuldade do município liberar o servidor para realizar cursos à distância. A técnica Patrícia da SESAU esclareceu que o valor destinado ao Estado é apenas para elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente e de preferência de acordo com a realidade. Explicou que o Plano vai para o Ministério da Saúde para ser avaliado e liberado os recursos. Ressaltou que o valor destinado para os municípios é pouco, sendo mais um incentivo, para os municípios começarem a inserir no sistema o que eles já executam com relação à Educação Permanente. Em seguida a técnica prestou esclarecimentos sobre as escolas e instituições envolvidas, citando que todos os recursos que a ETSAL realiza cursos são provenientes de convênios. O conselheiro **Fernando Antônio de Souza Dórea** disse que o correto era o CES/AL bater de frente com o governo e não ficar aceitando tudo isso. O conselheiro perguntou aonde o controle social entra nessas capacitações, lembrou que a sociedade não pode ficar de fora e o plano deve ser socializado. A técnica da SESAU Patrícia S. de Souza respondeu mais uma vez, que a oficina será destinada para a construção do plano e não para capacitações, os resultados das oficinas será construção do plano de trabalho e que o CES/AL será representado no citado plano. O conselheiro suplente **Jordeval Soares Morais** disse que ficou preocupado, sem desmerecer os técnicos, porque a visão de quem faz educação é de um conteúdo ideológico, mas o problema é sair da teoria para a prática. A técnica Patrícia de S. Bezerra respondeu novamente, que o CES/AL estará representado no plano. Nesse momento o presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** retomou, informando que o plano era pra ser apreciado e não votado. Finalizada a discussão passou a palavra para a técnica da SESAU **Sandra Tenório A. Canuto** fazer a apresentação do quarto ponto de pauta: Apresentação sobre o Sistema de Regulação e Avaliação do Estado. Sandra Canuto iniciou apresentando a Proposta de Estruturação do Complexo Regulador Estadual, e que a atuação do Estado ainda é incipiente. Citou a Portaria 1792/MS que trata do financiamento e que a meta seria iniciar a proposta de trabalho no mês de agosto/2018, tendo como impedimento os recursos humanos indisponíveis no setor e que o Decreto do governo está impedindo a contratação de novos servidores, mesmo precarizados. Nesse momento o presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** fez uma intervenção, dizendo que o Estado oferta quase seis mil leitos, (6.000). Disse que de acordo com o que é preconizado pela OMS, Alagoas precisaria de mais ou menos treze mil leitos (13.000), falou que quando pediram informações, foram contratados mais leitos só que não existia o número de leitos, tendo também um detalhe que os leitos existentes são pagos, mas não são ocupados e que atualmente é de confiança, por que não existe a ocupação dos leitos. A técnica da SESAU **Sandra Tenório A. Canuto** disse que na clínica médica existem leitos suficientes, porém as clínicas especializadas é que tem carência, mas que essa discussão vem há anos, mas precisa-se conhecer a rede, lembrando que os serviços fecham, mas o Ministério da Saúde não corta recursos. A técnica disse ainda, que existe uma desorganização da rede e tem regiões que existem vazios assistenciais e hospitais que não puderam mais receber recursos. A técnica enfatizou a necessidade de otimizar o que existe na rede para poder pensar aonde e quando se deve construir novos hospitais. Finalizou dizendo que os hospitais tem obrigação de ofertar leitos, precisa haver supervisão em Maceió, mas infelizmente existem algumas ingerências, citando que o governador está interessado que a regulação funcione porque vai minimizar os problemas. O conselheiro suplente **Jordeval Soares Morais** disse que tem uma grande preocupação no que foi apresentado, “no processo da apresentação a proposta aparenta ser boa, mas na prática não funciona, tendo como fator preponderante a ingerência política, não existe nenhuma forma de fiscalização dos serviços”. Citou que estão sendo pagos, mas se os técnicos estão fiscalizando não apontam, porque no momento de elaborar do plano de trabalho esse detalhe do que está sendo realizado pelos técnicos da SESAU não é posto, lembrando ser uma política de governo. O conselheiro **Alfredo Raimundo Correia Dacal** colocou ser muito importante a área de regulação para o Estado e que vai minimizar a espera da população, passando a informar que está implantando alguns serviços, como devem ser encaminhado para que a UNCISAL passe a trabalhar com o apoio da Regulação. O conselheiro **Cicero Vieira Sampaio** disse que vê a regulação como ponto positivo para o Estado, só que hoje existe muita ingerência política no CORA. “Os cabos eleitorais,” conseguem marcar consultas com facilidade. A regulação vai melhorar, mas não vai resolver todos os problemas. O conselheiro **Fernando Antônio de Souza Dória** perguntou se tinha prazo para esse plano ser implantado e se existem outros sistemas mais avançados. Se existe porque não implantá-lo. O conselheiro **Clodoaldo Vieira Guimarães** disse que a implantação de todo e qualquer instrumento de regulação é muito importante para o País, Estado e Municípios e que regulando os leitos o Estado vai economizar muito, pois de acordo com as informações os leitos estão sendo pagos e não estão sendo ocupados pelos usuários do SUS. A técnica **Sandra Canuto** disse que a forma de monitorar é ter um sistema que acompanhe em tempo hábil, segundo ela já está acontecendo, lembrando que tem que existir a fiscalização através das auditorias, o que na prática não vem acontecendo. Em seguida informou que para abrir para população marcar a consulta no sistema se torna complicado, pois cada cidadão precisaria ter uma senha, se tornando inviável tal procedimento, falou das dificuldades de fazer agendamento através do SISREG, mas que estava sendo implementado uma plataforma onde o usuário vai ter condições de fazer o monitoramento dos seus agendamentos. A técnica completou dizendo que o governo tem que assumir as políticas de saúde como uma política de estado, disse ainda, que o Centro de Diagnose da UNCISAL pode sim ser vinculado a Central de Regulação, precisando ser capacitado e que o momento é na Pactuação, para isso existe a (PPI), momento em que todos os serviços ofertados precisam ser regulados entre municípios e estado, inclusive, com mecanismo de bloqueio. Segundo ela o prazo do projeto seria até agosto, mas que a equipe está temerosa por conta da contratação de pessoal até outubro/2018, bem como, a questão das instalações e equipamentos, sendo o prazo até agosto/2018, pelo pouco espaço de tempo. Para encerrar a técnica **Sandra Tenório A. Canuto** informou também, que a SESAU criou um sistema próprio do TFD (Tratamento Fora do Domicílio), a mesma acredita que até o mês de outubro/2018 o sistema esteja concluído. Informou ainda que vem articulando a possibilidade de conhecer o funcionamento dos sistemas em outro estado, para fazer uma troca de conhecimentos, a exemplo da Bahia. O presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** agradeceu a presença da técnica e passou aos informes. O conselheiro **Antônio Dória** informou sobre a situação da sífilis no Estado. O presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** convidou todos os presentes para o coffee Black e declarou a reunião encerrada às 17horas e 40minutos, para constar, eu, **Simone Stella Gabriel Barros e Marleide Lira**, assessoras técnicas do CES/AL, lavramos a presente ata, que após lida e aprovada deverá ser assinada pelos conselheiros presentes. Maceió, dois de agosto de 2018.

Alfredo Raimundo Correia Dacal

 Maria do Perpetuo Socorro Ayres Oliveira

Cícera Joseane Siqueira Araújo

Vera Lúcia Elias Rodrigues

Benedito Alexandre de Lisboa

Cristiano Souza Silva

Francisco Renê Leite Gondim

Genilson Oliveira dos Reis

Gerônimo Ferreira da Silva

Rejane Rocha da Silva

Maria Augusta Machado Marinho

Cicero Vieira Sampaio

Francisco Paulo da Silva

Jesonias da Silva

José Cláudio Vital Custódio

Clodoaldo Vieira Guimarães

Cristiano Márcio Firmino de Lima

Fernando Antônio Souza Dórea

Manoel Eduardo Oliveira

Maria das Graças Xavier Ribeiro

Marcus José Guimaraes Rego

 Monica Valéria Bernardino Lima

Josileide Carvalho dos Santos

Maria de Fátima da Silva Andrade

Maria de Fátima Lopes de Albuquerque

Pedro Ricardo dos Santos Silva

Jordeval Soares Morais

Wellington Diniz Machado